



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Terceira Sessão Extraordinária, do segundo ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e sete de julho de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou a Vereadora Taís Camellini Esteves para proferir o seguinte texto: Livro do Êxodo – Capítulo 39, versículos 24-26. “Fizeram romãs de linho fino trançado e de fios de tecidos azul, roxo e vermelho em volta da borda do manto. Fizeram ainda pequenos sinos de ouro puro, atando-os em volta da borda, entre as romãs. Os sinos e as romãs se alternavam por toda a borda do manto. Tudo feito para ser usado ao se ministrarem, como o Senhor tinha ordenado a Moisés.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, comunicando que aquela sessão fora previamente convocada para que a Casa deliberasse a respeito da matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual, deu início à Ordem do Dia: Em Primeira Discussão foi apreciado Projeto de Lei Complementar n.º /2018, dos Senhores David Hilário Neto e Outros, que altera a Lei Complementar Municipal n.º 134/2007 que Institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; Após a leitura do projeto, o senhor Presidente designou o senhor Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo, como Relator Especial para exarar Parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão. Decorrido o prazo concedido, o senhor Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Parecer. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar n.º 014/2018, dos Senhores David Hilário Neto, Cássia Murer Montagner, Ângelo Roberto Torres, Inalda Lúcio de Barros Santana, Cristiano José Cecon, Walter Luís Tozzi de Camargo, Alfredo Chiavegato Neto, José Muniz, Luiz Carlos de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Campos, Afonso Lopes da Silva, Tais Camellini Esteves, Romilson Nascimento Silva e Rodrigo da Silva Blanco, que altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007 que Institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I. cc RT. 142 LOM). Em discussão, pediu a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo, que cumprimentou todos, dizendo que era com alegria que recebiam todos naquela Câmara Municipal naquela tarde, mas com tristeza porque era para tratarem daquele assunto, e ele sabia que cada um lá tinha seus compromissos e precisou tirar um tempinho para defender a honra da história da cidade; a seguir, fez um breve relato de como começou toda aquela história e para que todos entendessem e porque eles se reuniram naquele dia para resolverem aquilo; disse que tiveram recentemente a presença do nobre Procurador e ele queria esclarecer lá que Procurador era o advogado que defendia o Município e repetiu, que defendia o Município, e passado no concurso público assumiu o cargo dele em abril e mudou-se para o prédio Mantovani e, já na primeira noite não dormiu em virtude do incômodo do sino da igreja, igreja aquela construída em mil oitocentos e noventa e cinco, que tinha seu sino desde mil novecentos e trinta e três, mecanismo antigo, do século passado, que não dava para programar a noite para não tocar, e o nobre Procurador sentiu-se incomodado, teve de dormir na sala, palavras dele, no relato da denúncia do Ministério Público Local; inconformado procurou o seu Moacir e falou para o seu Moacir: “Seu Moacir desligue o sino, eu sou o Procurador do Município”, depois procurou o padre Milton e disse: “Sou o Procurador do Município, desligue o sino”, e o Padre Milton respondeu: “Não posso, o sino é histórico, dependia do Patrimônio Histórico se manifestar”; o Procurador disse: “Eu compro outro sino e ponho lá, que você des programe a noite”; disse que aquela era a arrogância daquele jovem senhor, porém não satisfeito, abriu uma denúncia no Departamento de Fiscalização, incomodado com o som do sino e baseado exatamente naquela lei que estavam discutindo lá naquela sessão, que era o Código de Posturas do Município, e não satisfeito, ofereceu denúncia no Ministério Público, ó nobre Procurador, exclamou, ele assinava como Procurador contra o próprio Município, que ousadia, que petulância, exclamou mais uma vez e chegou no Ministério Público e disse que denunciou no Departamento de Fiscalização e as coisas lá andavam a passos de jaboti, e embaixo escreveu que o informaram extra oficialmente que o “lobby” da igreja era forte naquele Departamento e aliás, em toda Prefeitura e que as palavras dele iriam demorar para surtir efeito e por isso apelava ao Ministério



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Público a fazer justiça e assinava como Procurador do Município de Jaguariúna a determinada peça, com a sua OAB do Estado de Minas Gerais; disse que a arrogância era tanta que deveria o próprio Procurador ter pensado em comprar vidros anti som para a casa dele, e não trocar o patrimônio histórico da cidade; deveria o Procurador usar do bom senso e defender o Município, e não comprar uma guerra com a cidade toda, mas ele se sentia o “Paladino da Justiça”, o justiceiro que vinha para Jaguariúna e queria revolucionar a história de mais de cem anos; lembrou, ainda, que naquela Casa aprovaram no ano anterior, a Moção de número setenta e quatro de dois mil e dezessete, de autoria do nobre Vereador Ângelo Roberto Torres, que dava destaque ao trabalho incansável, com amor e dedicação do senhor Moacir Mantovani, que desmontou aquele sino, que remontou o sino para ele funcionar brilhantemente como funcionou há mais de cem anos, e aquele nobre Procurador, o “Paladino da Justiça”, queria calar o sino, pois não poderia dormir! Ora, se aquilo era verdade, o que fariam em Londres com o Big Ben? O que fariam Mariana e Ouro Preto, com as igrejas? O que fariam com a Catedral da Sé, em São Paulo? Era impossível admitir que o direito individual de um sobrepusesse sobre os outros? Mas a cidade respondeu, a Secretaria de Cultura defendeu, o CONPHAAJ defendeu, e aqueles Vereadores, todos daquela Casa, indistintamente, independente de religião, de credo, de partido político, todos compraram aquela luta; desde o início, aquela Casa não fugiu da sua responsabilidade, e se ele achou que Jaguariúna era o quintal dos interesses particulares, descobriu que não era, Jaguariúna era uma cidade séria, de pessoas sérias, de pessoas honestas e honradas, de Vereadores competentes que lutavam pelos interesses do povo, todos daquela Casa, e prontamente a resposta veio e estavam lá reunidos para aquilo, e aquela resposta seria, que iriam acrescentar no Código de Posturas do Município, a exceção para a Lei do Silêncio que ele pedia ao Patrimônio Histórico, respeitado, defendido por todos que lá estavam, e de lá a pouco ele iria querer parar a Maria Fumaça, iria ter de parar de passar avião sobre a cidade para o deleite noturno da nobre excelência, e carteirada lá, não! Carteirada de Procurador lá não cabia, que ele fosse honesto, que ele fosse humilde e fizesse o seu papel, e defendesse o povo de Jaguariúna, respeitasse as tradições, respeitasse a história, respeitasse cada um deles lá presentes; agradeceu a todos e desejou boa tarde (naquele momento houve aplausos na assembleia); a seguir, pediu a palavra a senhora Cássia Murer Montagner, que cumprimentou a todos dizendo que ela ficava muito feliz de ver a Câmara cheia e ela iria ser muito breve porque o Waltinho expressou muito bem todo o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

histórico do problema e, na verdade, ela queria falar umas coisas um pouco emocionais; primeiro de ver a cidade se mobilizar da maneira que se mobilizou e eles viram como que um patrimônio histórico e imaterial, no caso do som do sino, como ele era importante para a cidade, e naquele caso específico não se tratava nem de uma questão religiosa da Igreja Católica, mas tratava-se da história da cidade, e o som do sino tinha uma presença afetiva em cada um deles; quando eles ouviam, quantas coisas eles lembravam, e ela pensou que nunca iria contar aquela história, mas ela iria contar rapidamente uma história da mãe dela; disse que a família dela, antes dela nascer, morava onde atualmente é o Magazine Luiza, depois mudou para perto do Tozzi, e antes daquilo, a mãe dela morou sempre nas redondezas da Igreja, e quando eles mudaram para as Chácaras Primavera, ela fez o seguinte comentário: “Eu fico triste de mudar, porque pela primeira vez eu vou morar em um lugar onde eu não vou ouvir o sino da igreja”; disse que parar, calar aquele sino, eles não podiam permitir, era alguma coisa muito mais importante do que alguma pessoa poderia pensar; desejou boa tarde a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia); a seguir, pediu a palavra a senhora Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos questionando, como poderia um cara vir de Minas, um Procurador, e querer parar o sino da cidade? E eram cem anos de tradição e ela se lembrava de quando ela era pequena, os avós dela vendiam laranja na frente do ITAU, e eles ouviam o sino tocar, como ouviam até aqueles dias atuais; disse que naquele dia, o dia dela foi em torno daquilo, ela entregando água e fazendo pesquisa com as pessoas e ninguém se recusou a não parar o sino, todo mundo pediu para ela ir lá e falar com o pessoal, que não poderia parar, o sino era a tradição da cidade e, realmente, o cara era louco; pediu desculpas de falar aquilo, mas cem anos de tradição e ele fazer aquilo, e ele deveria ir se preocupar com Saúde, com a Educação, com a limpeza Urbana, mas parar o sino, o que era aquilo? Disse que ela votava sim ao sino; agradeceu a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia); em seguida, pediu a palavra o senhor Cristiano José Cecon que, depois de cumprimentar os presentes, disse que os amigos Vereadores já tinham dito tudo, e que há dez anos ele deixou de ser católico e virou evangélico, mas não saiu de perto de Deus, e quando ele estava junto com o pastor e tocava o sino, ele tinha o costume de fazer o nome do Pai, e quando ele estava sozinho ele fazia o nome do Pai, e se ele estivesse com o pastor ele começava e o pastor olhava e ele falava que estava coçando a cabeça, e, atualmente, ele fazia na frente dele e ele não estava nem aí, e que estava do lado dele e tocava o sino,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ele já ia fazer e falava que estava com coceira na cabeça, e desde criança, e seu avô, quem conheceu o Pedro Lana, ai, se não fizesse o nome do Pai três vezes a hora que tocava o sino! Disse que ele estava achando que estava acontecendo com o mundo, era o excesso de egocentrismo, de querer saber mais do que os outros, aquilo estava atrapalhando as pessoas e tinha gente que se cegava com o próprio ego, e tinha de acabar aquilo; falou que não era porque uma pessoa não era estudada, um exemplo que ela não poderia ser Vereador, e tinha Vereador que tinha o manuseio melhor com a parte burocrática, com as coisas burocráticas, que tinham prática na vida social, mas existiam profissionais que não eram estudados, e as pessoas achavam que todo mundo não era preparado e as pessoas que achavam que estudaram mais, que sabiam mais, e vinham para as cidades do interior e achavam que eles eram lesados; disse que não podiam generalizar os imigrantes, o povo nordestino em Jaguariúna, quanto que eles fizeram pela cidade, exclamou, as empresas que Jaguariúna que trouxeram o desenvolvimento, eram tocadas pelo povo nordestino, a maioria, e nunca reclamaram de nada, era um povo trabalhador, e pessoas ruins tinham de todos os lados; falou que ele votava sim ao sino, e garantiu para aquele Procurador, que se ele tivesse vontade de trabalhar de verdade, a valer para o que ele foi contratado, ele iria ter o serviço o dia inteiro e não iria ter sono à noite, e caso ele quisesse, ele tinha a academia dele lá no Cruzeiro do Sul que ele poderia se inscrever, que ele garantia que ele iria dormir a noite inteirinha e dolorido; agradeceu a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia); a seguir pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos e disse que o Waltinho foi esplêndido nas suas palavras, o Cecon também e subindo, a cada dia ele aprendia mais e com a simplicidade do povo, que a cada vez os ensinavam; disse que uma pessoa que morava lá na Guilherme falou para ele: “Poxa, Fred! Eu moro faz trinta anos do lado da linha do trem e todo dia, toda hora, passa o trem, é um barulho danado e não nos incomoda, porque a gente já acostumou, e não precisa mexer com o sino, né?” Disse que ele falou para ela que eram os problemas que, às vezes, algumas pessoas levavam para a Câmara Municipal, para discutirem, porque era, realmente, um assunto chato e da forma como foi proposto por aquele Procurador, de uma forma arbitrária, carteirando e, graças a Deus, existiam os Poderes constituídos e lá estavam eles para poder representar a população, e ele tinha a certeza de que se aquela discussão não tivesse tomado o vulto que obteve na Justiça e fosse para aquela Casa, conseqüentemente não teria o êxito que teve na Justiça, porque lá tinham de respeitar a maioria da população e,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

muitas vezes, muitas propostas lá eram apresentadas e algumas eles ganhavam, outras eles perdiam e eles tinham de respeitar a democracia, mas naquele caso não era só caso de democracia, se tratava de uma história onde o sino do Distrito de Paz de Jaguary, que soou havia tantos anos atrás fez com que aquele Distrito se transformasse em cidade e ecoasse para toda a região, para o Estado de São Paulo, para todo o Brasil, para que as pessoas conhecessem Jaguariúna e de lá viessem para cá, como veio aquele Procurador e, infelizmente, não teve a sensibilidade de primeiro conhecer as raízes locais e se realmente o sino estava atrapalhando, ele que mudasse de lugar, era muito mais fácil mudar uma pessoa de lugar do que uma igreja e tudo o mais, então, realmente faltou a ele um pouco de sensibilidade; disse que o Procurador o procurou no início para arrumar um imóvel para ele morar, e ele indicou lá na Rua Joaquim Bueno, mil setecentos e vinte, edifício Pompéia, e ele alugou o apartamento, e no primeiro dia ele reclamou da garagem e mudou, e antes ele estivesse ficado com a garagem e daí ele mudou e trouxe todo aquele problema para a população, mas tudo bem, revendo lá e ele tinha a certeza de que ali seria unanimidade; pediu desculpas a todo alvoroço que aquele assunto ocasionou na comunidade, sabendo que tinham assuntos muito mais importante para tratar, principalmente, por aquele Procurador, que tinha muita coisa que tinha de ser feito na Procuradoria do Município; falou ao Procurador que se não estivesse bem, para que ele mudasse, ou se quisesse, voltasse para Minas também, sua cidade que era o berço da religião católica, onde tinham todas as igrejas e não era só uma, eram vários sinos; então, que era uma pena perderem uma tarde daquela, para discutir um assunto que no ponto de vista dele não deveria nem ter chegado ao ponto que chegou; agradeceu a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia); a seguir, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva, que depois de cumprimentar todos os presentes, disse que ele achava que o pessoal já tinha falado tudo sobre o que significava o sino, mas uma coisa que eles não poderiam deixar de falar, era que antes deles tomarem qualquer decisão, por exemplo eles, como Vereadores, não estavam lá como pessoa, eles estavam lá porque representavam a população, então, qualquer decisão que fossem tomar, qualquer agente público e ele achava que o Procurador deveria saber daquilo, e disseram que ele não entrou como Procurador e sim como pessoa, mas antes de tomarem qualquer decisão, teriam de ter, de certa forma, o sentimento da coletividade, o que as pessoas estavam pensando, o que o povo achava daquela questão; e aquela questão do sino, como já foi falado lá, ela trazia a história da cidade, a questão da religião, das tradições e deu um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

exemplo de quando ele foi Secretário do Trabalho, e ele tinha de estar na cidade, que foi aprovado pelo Prefeito, a Feira do Empreendedor, então, as pessoas que trabalhavam por conta própria, que tinham algum negócio, eles davam a oportunidade de participar da feira, expor os seus produtos, e naquele momento eles estavam discutindo qual era o ponto de referência da cidade, onde todo mundo poderia ir lá, e a referência que veio, o mais conhecido foi o Centro Cultural e a Praça da Matriz, então, instalaram na Matriz, por causa daquele referência, por causa da história da cidade, ser uma referência em relação ao comércio; disse que ele achava que tudo aquilo eles tinham de levar em consideração e, principalmente, o Agente Público, o Vereador, o Prefeito, e o Prefeito não estava lá apenas para pensar nele, e sim para pensar a cidade, os Secretários, e era aquele sentimento que tinha de estar em cada pessoa que estava por trás de um cargo público, e aquele tinha de ser o sentimento da Câmara e ele achava que era por isso, como o Waltinho falou, não era apenas a questão, era importante sim a questão do sino, mas era a questão da tradição, a questão da história da cidade e, principalmente, a questão da honra do povo jaguariunense, e ele iria votar sim; agradeceu a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia); em seguida, pediu a palavra o senhor David Hilário Neto, que cumprimentou a todos dizendo que ele buscava ser bem breve porque achava que todos os Vereadores explanaram bem aquela situação como um todo; parabenizou ao Waltinho pela explanação, por ter ido afincado de tudo como começou, porque ele achava que ia muito além, ele falou bastante nas redes sociais que não era apenas um sino, eles estavam falando de um patrimônio histórico da cidade, e se deixassem passar o sino, no dia seguinte estaria passando a igreja, e no outro dia estaria passando o Centro Cultural e cada pessoa que chegasse iria mudando a história da cidade, iria perdendo as Diretrizes, como perderam o casarão paroquial e não podiam deixar que aquilo acontecesse com o sino e com a história, a tradição de Jaguariúna, então, aquela Casa, como um todo, se mostrou muito atuante e quando o assunto foi levantado, ele falou com a maioria dos nobres colegas, nenhum se posicionou contrário, foram unânimes, e não teve religião, não teve partido, teve simplesmente a história da cidade preservada, e aquilo era de grande importância, um marco para a cidade; e como falaram, poderiam discutir Saúde, Educação, diversas situações, mas aquilo mobilizou a sociedade como um todo, e eles estavam lá, como o Silva foi muito feliz na fala dele, representando a população, e ele achava que todo mundo que entrou na rede social dele, conseguiu, ouviu alguém falar do sino, da importância que ele tinha



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e o porque mexer com o sino, e simplesmente, o Procurador acabou de chegar, havia três meses, e disse que ele veio de fora também e não tinha problema nenhum porque ele também veio de fora e tinham de respeitar as tradições locais, onde surgiu tudo aquilo, a cidade foi construída em volta daquela igreja e eles precisavam respeitar aquele patrimônio da cidade e ele tinha a certeza de que aquela Casa bravamente estava fazendo aquilo, convocando uma sessão extraordinária; agradeceu ao Presidente por imediatamente se posicionar e conseguir convocar aquela sessão e mostrar que a cidade estava atenta e respeitando a história e a cultura de Jaguariúna; ele tinha a certeza de que iria ser por unanimidade e que os caminhos legais a Prefeitura tomasse em relação àquele Procurador, e aquela Casa estaria à disposição para fazer direcionar e entender o que realmente aconteceu e se teve alguma irregularidade, eles tinha todos que se posicionar; agradeceu a todos (naquele momento houve manifestação com aplausos na assembleia). A seguir, o senhor Presidente colocou em Primeira Votação Projeto de Lei Complementar nº 014/2018, dos Senhores David Hilário Neto e Outros, que altera a Lei Complementar Municipal nº 134/2007, que institui o Código de Posturas do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, que foi aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, lembrando que logo após haveria mais uma sessão extraordinária já convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente

Vereador Afonso Lopes da Silva
Vice Presidente

Vereadora Cássia Murer Montagner
Primeira Secretária

Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Segunda Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

